



RTEP REVISTA ISSN: 2316-1493
TURISMO
ESTUDOS & PRÁTICAS

**PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO POLO TURÍSTICO
POTENGI NO RIO GRANDE DO NORTE: O RELATO DA
EXPERIÊNCIA¹**

*PLANNING AND DEVELOPMENT OF THE POTENGI TOURIST POLO IN RIO GRANDE DO
NORTE: EXPERIENCE REPORT*

Maria Aparecida de Araújo²
Raquel Fernandes de Macedo³
Deise Cristina Gomes da Silva⁴
Maria Valéria Pereira de Araújo⁵

RESUMO: A criação de um polo turístico tem como finalidade viabilizar ações cooperativas e de integração entre os municípios turísticos participantes, constituindo-se em uma instância de governança regional para o desenvolvimento do turismo local e regional de forma descentralizada. Nesse sentido, o presente estudo teve como principal objetivo apresentar a experiência do planejamento e desenvolvimento do projeto de criação do polo turístico Potengi no Rio Grande do Norte. A metodologia aplicada ao trabalho foi uma pesquisa exploratória-descritiva, com abordagem qualitativa, a coleta de dados ocorreu por meio de roteiro de entrevista estruturado com perguntas abertas direcionadas a Coordenadora de Turismo e ao Secretário de Turismo e Cultura do município que está à frente da criação do Polo Potengi e a análise de dados foi realizada através da análise de conteúdo. Os resultados apontaram que os municípios que se uniram para a concepção do polo foram São Paulo do Potengi, Santa Maria, São Tomé e Riachuelo que submeteram documentação ao Ministério do Turismo (Mtur) para entrada no mapa do turismo, tendo a oportunidade após a criação do polo da inserção de novos municípios que queiram aderir ao mesmo. Dessa forma, esses municípios têm em comum:

¹ Trabalho apresentado no 16^o ENTBL e selecionado para o regime de *fast track*.

² Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9107-7059>. E-mail: aparecida15araujo@yahoo.com.br

³ Doutora em Energia pela Universidade Federal do ABC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4067-2787>. E-mail: raquelfmacedo@gmail.com

⁴ Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1811-452X>. E-mail: deise.gomes@ifpb.edu.br

⁵ Doutora em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6302-1173>. E-mail: valeriaaraujoufrn@gmail.com



atrativos naturais que configuram atividades ecoturísticas, atrativos culturais com foco no turismo religioso, calendário diversificado de eventos e proximidade geográfica. Logo, para a criação de um novo polo é necessário passar por diversas etapas até a aprovação pelo Ministério do Turismo. Conclui-se que apesar da resistência de alguns municípios da região, o projeto obteve êxito, pois os municípios citados acima perceberam a importância de entrar no mapa do turismo brasileiro para buscar recursos para fomentar e desenvolver seus destinos turísticos e alcançar o desenvolvimento do turismo na região Potengi. **Palavras-chaves:** Planejamento e Desenvolvimento Turístico, Polo Turístico Potengi, Políticas Públicas, Instância de Governança Regional.

ABSTRACT: The creation of a tourist hub aims to enable cooperative and integration actions between the participating tourist municipalities, constituting an instance of regional governance for the development of local and regional tourism in a decentralized manner. In this sense, the main objective of the present study was to present the experience of planning and development of the project to create the Potengi tourist hub in Rio Grande do Norte. The methodology applied to the work was an exploratory-descriptive research, with a qualitative approach, data collection took place through a structured interview script with open questions directed to the Tourism Coordinator and the Secretary of Tourism and Culture of the municipality that is in charge of the creation of Polo Potengi and data analysis was performed through content analysis. The results showed that the municipalities that came together to design the hub were São Paulo do Potengi, Santa Maria, São Tomé and Riachuelo, which submitted documentation to the Ministry of Tourism (Mtur) for entry into the tourism map, having the opportunity after the creation of the hub of insertion of new municipalities that want to join it. Therefore, for the creation of a new pole it is necessary to go through several stages until approval by the Ministry of Tourism. It is concluded that despite the resistance of some municipalities in the region, the project was successful, as the municipalities mentioned above realized the importance of entering the Brazilian tourism map to seek resources to promote and develop their tourist destinations and achieve the development of tourism in the Potengi region. **Keywords:** Tourism Planning and Development, Potengi Tourist Pole, Public Policies, Regional Governance Instance.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas têm avançado no processo holístico de observação, mediação, interpretação e avaliação para melhorar o conhecimento das intervenções públicas complexas, desde a definição de sua agenda até os resultados finais. Esse conhecimento contribui para o planejamento e tomadas de decisões (Santos-Lacueva *et al.* 2017).

Nesse contexto, as políticas públicas de turismo têm se utilizado do planejamento para desenvolver formas de executar os planos de desenvolvimento do turismo. Face ao exposto houve uma evolução do planejamento ao longo das décadas para atender as exigências do setor através do desenvolvimento de metodologias que ultrapassam a simples repetição de fases, mas que introduzem elementos mais específicos e verificáveis que possam ter um alcance e efetividade das ações de intervenção da realidade (Carvalho & Pimentel, 2019).

Esse processo de planejamento turístico em alguns destinos não se faz apenas em um único destino, mas na união entre eles, formando um polo turístico para o desenvolvimento da atividade turística no âmbito regional. Pinheiro *et al.* (2019) afirma que o polo turístico pode incentivar o turismo também em regiões interioranas, promovendo o crescimento da atividade turística, porém vale lembrar que uma coisa é a



consolidação e o incremento da oferta turística local e o aumento no número de turistas e outra coisa é o incremento da atividade turística ocorrendo de forma participativa.

Em 2004 no Brasil houve o lançamento do Programa de Regionalização do Turismo- Roteiros do Brasil, tendo como diretrizes: políticas de ações voltadas para a gestão coordenada; o planejamento integrado e participativo; e a promoção e apoio à comercialização no país. Esse modelo define os municípios que irão compor a região turística, fortalecendo a formação de polos turísticos. Nesse sentido, o Rio Grande do Norte que é um dos Estados brasileiros, foi contemplado com a formação de cinco polos turísticos, sendo eles: Polo Costa das Dunas, Polo Agreste - Trairi, Polo Costa Branca, Polo Seridó e Polo Serrano (Dantas & Sonaglio, 2021).

Mediante essa discussão o presente artigo circunscreve o Estado do Rio Grande do Norte e o esforço para criação de mais um novo polo turístico para o Estado, de modo a buscar a inserção de outros municípios para despontarem como destinos turísticos. Diante disso surge a seguinte pergunta - problema que norteia o estudo: Como está sendo realizado o planejamento e desenvolvimento do projeto de criação do polo turístico Potengi do Rio Grande do Norte?

Esse estudo é justificável teoricamente, posto que há trabalhos sobre as políticas públicas de turismo e alguns polos turísticos já existentes, como o de Silva (2014) que menciona a política de regionalização do turismo no interior potiguar e o estudo de Pinheiro *et. al.* (2019) que faz um estudo específico no Polo Seridó que já foi constituído, faltando apenas torná-lo mais participativo.

Contudo, não há trabalhos que expliquem os procedimentos para formar um novo polo turístico, em meio a outros já existentes e esse estudo pretende preencher essa lacuna que está faltando na literatura de turismo. Quanto à contribuição desse artigo para sociedade está no fato de servir como experiência para outros municípios que queiram formar um polo turístico no sentido de tornar esses locais como um destino consolidado.

O objetivo geral do presente trabalho é apresentar a experiência do planejamento e desenvolvimento do projeto de criação do polo turístico Potengi no Rio Grande do Norte. Para alcance do objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos: analisar a oferta turística dos municípios que irão fazer parte do Polo Potengi no Rio Grande do Norte; investigar os procedimentos realizados para criar um polo de turismo; e compreender as dificuldades encontradas para criação do novo polo de turismo do Potengi.

A estrutura do trabalho foi dividida em introdução com a apresentação da problemática e problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos; e a parte teórica do trabalho que compreende o tópico Política Pública e Desenvolvimento do Turismo e o outro tópico sobre Polos Turísticos. A seguir é exposta a metodologia da pesquisa; a análise dos resultados alcançados com a entrevista e documentos; e as considerações finais.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL

As políticas públicas no âmbito do turismo brasileiro têm se fortalecido cada vez mais e isso permite o fomento e desenvolvimento de destinos turísticos de forma integrada, descentralizada e regionalizada, logo as políticas públicas de turismo passaram por diversos momentos, a saber, fazendo um breve histórico, teve início com a criação do Conselho Nacional do Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo.



Em 1966, o governo brasileiro criou os primeiros instrumentos de regulamentação da atividade com a criação do Conselho Nacional do Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur. Foi por meio da promulgação do Decreto-lei 55/66 de 18 de novembro de 1966 que o turismo passou a ser entendido como uma atividade produtiva capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis socioeconômicos regionais que caracterizam a nação.

Já o marco dos anos 70 foi o Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que criou o Fundo Geral do Turismo – Fungetur, buscando incentivos fiscais para a atividade turística. A década de 80 no Brasil representou uma década em que vigoraram somente planos econômicos que buscavam objetivos em curto prazo, sendo um momento de transição fortemente marcado pela Constituição de 1988, e que no turismo apresentou a ausência da iniciativa privada, exceto no ramo da hotelaria, que representou mudanças significativas devido à concorrência causada pelo estímulo à criação de albergues (Ferraz, 1992 apud Henz, Leite & Anjos, 2010).

Em 1986 foi criado o Passaporte Brasil, um projeto de promoção do turismo internacional, que consistia em um vasto programa de pacotes turísticos organizados por operadoras nacionais, que garantia descontos em estabelecimentos comerciais.

Em 1991, por meio da Lei nº 8.181 de 28 de março de 1991, que revogou o antigo Decreto-lei nº 55/66, que a Embratur recebeu a denominação de Instituto Brasileiro de Turismo, com transferência da sede do Rio de Janeiro para o Distrito Federal (Ferraz, 1992 apud Henz et al., 2010). Através da Embratur, o governo federal instituiu programas e projetos destinados ao desenvolvimento sustentável do turismo como o Proecotur – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal e o Prodetur-NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, que transformou o litoral nordestino buscando a modernização do território, principalmente no quesito infraestrutura, voltada a atender o turismo internacional e massificado (Cruz, 2005). A criação do Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, e também a apresentação da Política Nacional de Turismo 1996/1999.

O período de maior transformação para o Turismo foi nos anos de 2000-2007, visto que foi criado o Ministério do Turismo, em 2003, no governo Luís Inácio Lula da Silva. Em 2003 houve ainda a apresentação do Plano Nacional de Turismo (PNT, 2003/2007) e nestas novas perspectivas, a implementação do Programa de Regionalização Turística “Roteiros do Brasil”, onde o PNT procurou além de destacar os roteiros e destinos do Brasil, executar programas e metas para melhor organização do setor de modo a declarar sua importância no crescimento econômico e também sua relevância dentro das linhas de preocupação do Estado.

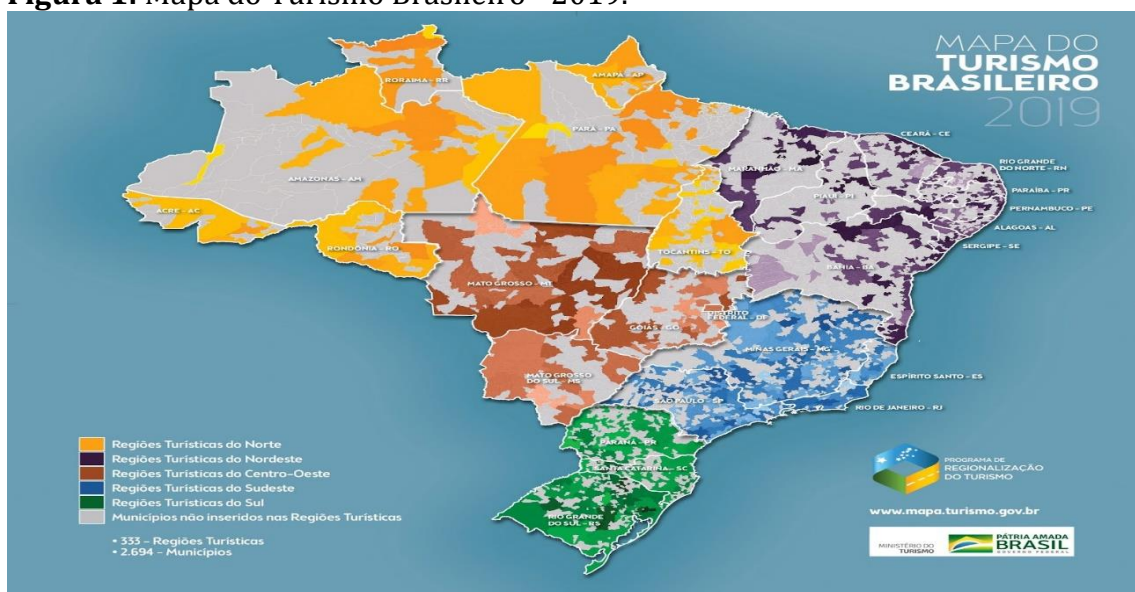
O Plano Nacional de Turismo 2018-2022 é o instrumento que estabelece diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo. O objetivo principal desse documento é ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo. O PNT foi elaborado de forma coletiva, com o apoio das áreas técnicas do Ministério do Turismo, Embratur e agentes públicos e privados, por meio da Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo, constituída dentro do Conselho Nacional de Turismo. Esse documento espelha os anseios do setor e do cidadão que consome turismo. Neste contexto, o conjunto de medidas propostas neste documento contribui para consolidar o turismo como um eixo estratégico efetivo de desenvolvimento econômico do país. (Mtur, 2021).

De maneira geral, pode-se dizer que o PNT visa estabelecer mecanismos que garantam estabilidade e confiança para a obtenção de licenças, autorizações, concessões

e demais exigências do Estado para a instalação e a operação de empreendimentos turísticos no país (Brasil, 2008). Além disso, esse, por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), incentiva a criação de Instâncias de Governança Regionais, como forma de promover a descentralização do poder com base na gestão democrática e na participação social (Mtur, 2007). Mais especificamente em relação ao PRT, conforme dados do Ministério do Turismo (2020) - que destaca a mais recente atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, realizada em 2019 -, existem, no Brasil, 333 regiões turísticas instituídas, o que abrange um total de 2694 municípios regionalizados. Em contrapartida, nota-se que apenas 104 das Instâncias de Governança são formalizadas com CNPJ (31,23% do total), o que aponta para uma carência acerca do melhor entendimento dos atores envolvidos nesses espaços sobre os procedimentos e os mecanismos que devem ser adotados para uma gestão mais eficiente das mesmas. (Xavier, Totti & Raddatz, 2021).

Dentro do PNT, tem-se o Programa de Regionalização Turística - PRT que surgiu justamente nesta perspectiva de descentralização política e atribuição de responsabilidades aos Estados e municípios. Como planejamento regional, Beni (2002, p. 111) entende “um conjunto de polos de desenvolvimento turístico hierarquizados, unidos por uma infraestrutura comum que, em sua totalidade, contribuem para dinamizar o desenvolvimento econômico e social de extensa parte do território nacional”. Beni (2002) explica que o Programa de Regionalização é como módulos operacionalizados, buscando ações e resultados em regiões específicas para criação de polos turísticos.

Figura 1: Mapa do Turismo Brasileiro - 2019.



Fonte: Ministério do Turismo, 2022.

O mapa do Turismo Brasileiro 2019 representa todas as regiões turísticas do país, tais como região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e aquelas que não fazem parte de nenhuma região turística, totalizando 333 regiões turísticas contendo 2.694 municípios.

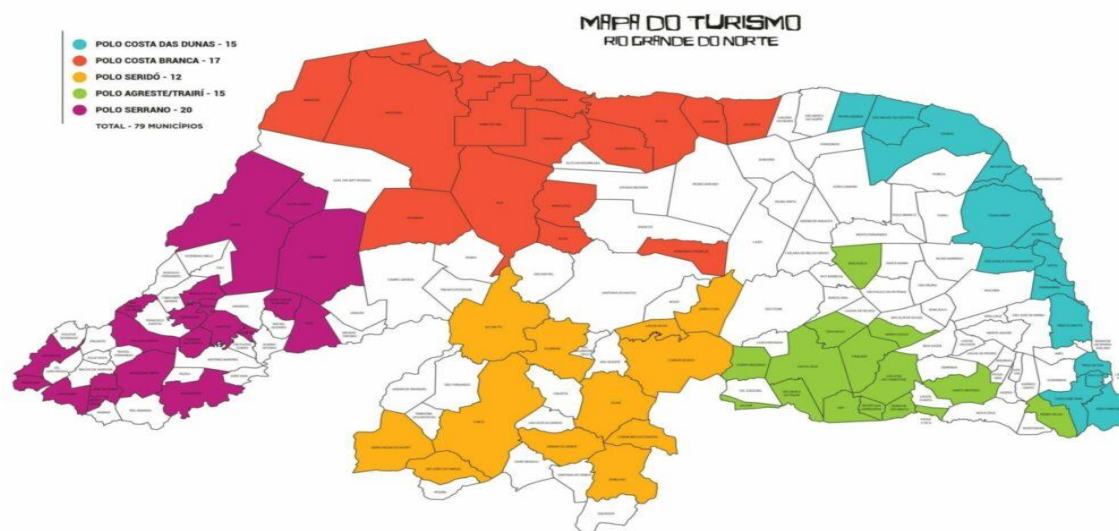
O processo de planejamento norteia as políticas públicas diante das ações do poder público. Essas políticas são influenciadas por características sociais, econômicas e culturais de determinada sociedade, pelo sistema político e pelas estruturas formais do

governo. Portanto, a política pública representa a ação planejada do Estado perante a sociedade. O processo de deliberação de uma política pública, conta com o apoio de diversos setores da sociedade e do Estado, que apresentam quase sempre interesses divergentes. Entender o funcionamento das políticas públicas pode ajudar a compreender as causas e as consequências das decisões que se processam nas diversas esferas de interesses públicos (Hall, 2004 *apud* Mtur, 2019).

Nesse sentido, o Programa de Regionalização do Turismo traz o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada e com o foco no planejamento coordenado e participativo, permitindo a integração dos atores envolvidos no processo, logo o PRT é um parâmetro para se trabalhar o turismo, onde os grupos possam trocar experiências e aproximar diversos atores de cada região, atribuindo as decisões para os municípios e suas regiões (Mtur, 2019). Alinhando-se com o programa do governo federal, o desenvolvimento do turismo precisa de cooperação e integração de todo *trade*, de acordo com o Mtur (2019) esse processo de integração turística será resultado da criação de parcerias estratégicas e da gestão integrada e descentralizada de programas e projetos que possibilitem a cada região e municípios compartilhar alternativas de desenvolvimento, respeitando suas realidades e especificidades. As disputas e bairrismos regionais devem ser substituídos por alianças voltadas ao interesse comum.

Além disso, o projeto fundamenta-se na premissa do Programa de Regionalização do Turismo - de troca e integração das forças regionais e da descentralização do poder de decisão se baseando numa gestão democrática e na participação social. Portanto, a implementação do Polo Potengi se faz necessário para o fomento e desenvolvimento integrado do turismo na região, bem como a valorização dos destinos, dos seus atrativos e da sua cultura, possibilitando também o incremento da economia local e consequentemente regional, gerando divisas, emprego e renda para a população dos destinos, passando a integrar o mapa do turismo brasileiro 2022.

Figura 2: Mapa do Turismo do Rio Grande do Norte.



Fonte: Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte, 2022.



POLOS TURÍSTICOS

O surgimento dos polos turísticos no Brasil ocorreu em meados da década de 1990 e foi inspirado na Teoria dos Polos de Crescimento criada por François Perroux. Segundo o autor, o espaço econômico não se caracteriza pela delimitação de espaços físicos e territoriais, mas sim determinado pelas relações comerciais e econômicas de diferentes lugares. Dessa forma para Perroux “[...] o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (Perroux, 1967, p. 149). Portanto, são as relações econômicas que determinam o surgimento e crescimento de um polo.

Na perspectiva do desenvolvimento regional o autor Sessa (1983) faz uma adaptação da Teoria dos Polos de Crescimento para o contexto do Turismo, de acordo com o autor, um polo turístico caracteriza-se pelo conjunto de forças motrizes (industriais turísticas) capazes de gerar desenvolvimento social e econômico para determinada região. Para tanto, “no caso do turismo são várias empresas que atuam em conjunto, formando a força motriz do polo turístico, que desencadeariam um efeito regional”. (Duda & Araújo, 2014). Isto posto, para a existência de um polo turístico se faz necessário a junção das diversas instâncias que integram e compõem a complexa cadeia do turismo com o objetivo de criar ações e estratégias para o fomento do desenvolvimento regional.

No Brasil a ideia de polos foi instituída para operar paralelamente ao modelo territorialista e endógeno visando o progresso regional por meio da atividade turística, sendo reforçada pelo programa de regionalização do turismo implantado em abril de 2004 pelo Ministério do Turismo, onde ocorreu “o lançamento do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, tendo como diretrizes: políticas de ações voltadas para a gestão coordenada; o planejamento integrado e participativo; promoção e apoio à comercialização no País...” (Dantas & Sonaglio, 2021). Esse modelo tem o intuito de integração e participação efetiva dos diversos atores que estabelecem as relações econômicas de um lugar, instâncias públicas e privadas, sociedade civil, terceiro setor, Universidades, dentre outros, com o propósito de gerar benefícios mútuos oriundos da atividade turística.

Portanto, embasado no mapa de regionalização do turismo que determina as diretrizes para a criação instâncias de governança, o Estado do Rio Grande do Norte estabeleceu a criação de cinco polos turísticos, sendo esses: Polo Costa das Dunas; Polo Costa Branca; Polo Seridó; Polo Agreste-Trairi e Polo Serrano. Cinco polos com características turísticas diversas que são trabalhados e organizados de acordo com a singularidade e necessidade de cada região. Segundo Dantas e Sonaglio (2021) no Mapa do Turismo Brasileiro 2019/2020 o Polo Costa das Dunas é formado por 15 municípios, sendo estes: Baía Formosa, Canguaretama, Ceará-Mirim, Extremoz, Maxaranguape, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, Pedra Grande, Rio do Fogo, São Gonçalo do Amarante, São Miguel do Gostoso, Tibau do Sul, Touros e Vila Flor.

O Polo Costa Branca é composto por 17 municípios, fazem parte: Assú, Areia Branca, Baraúna, Carnaubais, Fernando Pedroza, Galinhos, Grossos, Guamaré, Ipanguassu, Itajá, Macau, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, Serra do Mel, Tibau e Upanema (Secretaria de Estado do Turismo – Setur, 2011a). O Polo Seridó é formado por 14 municípios são as cidades de: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais



Novos, Florânia, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Parelhas, São João do Sabugi e Serra Negra do Norte (Secretaria de Estado do Turismo – Setur, 2011b).

Fazem parte do Polo Serrano os municípios de: Alexandria, Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, José da Penha, Lucrecia, Luís Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Olho D'água do Borges, Patu, Pau dos Ferros, Portalegre, Riacho da Cruz, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Venha Ver e Viçosa (Secretaria de Estado do Turismo – Setur, 2016 a). E o Polo Agreste-Trairi é constituído pelos municípios de: Campo Redondo, Jaçaná, Japi, Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Pedro Velho, Riachuelo, Santa Cruz, Santo Antônio, São Bento do Trairi, São José do Campestre, Serra Caiada, Serra de São Bento, Sítio Novo e Tangará, totalizando, 15 municípios ao todo (Secretaria de Estado do Turismo – Setur, 2016 b).

Cada polo do Rio Grande do Norte compõe instâncias de governanças diferenciadas que determinam as ações e estratégias a serem implementadas para que ocorra o desenvolvimento igualitário de cada município que integra o núcleo turístico do Estado, com intuito de gerar benefícios mútuos aos que fazem parte. Dessa forma, a criação de polos turísticos torna-se relevante a partir da ideia de ordenamento territorial, por meio da elaboração de projetos, planejamentos, criação de roteiros turísticos que possam proporcionar crescimento, progressos econômicos e sociais (Duda & Araújo, 2014). Bem como, facilitar a integração e comunicação das diferentes instâncias (agentes públicos e privados, terceiro setor) que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável dos municípios envolvidos.

METODOLOGIA

O presente artigo discorre sobre o processo de desenvolvimento de um polo turístico visando compreender a formulação de estratégias e ações que sustentam a construção de tal. Nesse sentido, utilizou-se como referência, o projeto aspirante Polo Turístico Potengi que se encontra em fase de planejamento e organização para sua implantação. Fazem parte do projeto os municípios de: São Paulo do Potengi, Santa Maria, São Tomé e Riachuelo.

A pesquisa é qualitativa, bem como exploratória-descritiva, pois caracteriza a relação da gestão política institucional com a construção de um polo, e levanta e descreve as informações que sustentam o interesse na criação da instância de governança para a região, fazendo relações entre as respostas dadas pelos entrevistados. Para a obtenção dos dados, utilizou-se de entrevista estruturada contendo questões abertas no período entre janeiro e fevereiro de 2022, onde foram colhidas as falas dos gestores da cidade de São Paulo do Potengi, cidade que mais apresenta interesse na implantação do polo por seu desenvolvimento econômico e cultural.

No estudo, as questões das entrevistas foram divididas conforme os seus três objetivos específicos, sendo esses: analisar a oferta turística dos municípios que irão fazer parte do Polo Potengi no Rio Grande do Norte; investigar os procedimentos realizados para criar um polo de turismo; e compreender as dificuldades encontradas para criação do novo polo de turismo do Potengi. Colhido os dados, em seguida, realizou-se o tratamento desses mediante análise de conteúdo, técnica de (Bardin, 1977), que visa a organização e categorização das respostas para a formulação de um catálogo coordenado de informações.

Quadro 1- Perguntas do roteiro de entrevista, de acordo com o que é solicitado nos objetivos específicos

Objetivos específicos	Perguntas da entrevista
Analisar a oferta turística dos municípios que irão fazer parte do Polo Potengi no Rio Grande do Norte.	1- Quais são as cidades que irão contemplar o Polo Potengi? Quais dentre elas são as principais? 2- Quais são os atrativos turísticos que contemplam os principais municípios do Polo Turístico Potengi? 3- Quais são os segmentos de turismo característico do Polo Turístico Potengi? 4- Qual é o diferencial do Polo Turístico Potengi em comparação com os outros polos do Rio Grande do Norte?
Investigar os procedimentos realizados para criar um polo de turismo.	5- Por que vocês tomaram a decisão de formar um novo polo turístico, ao invés de aderir ao Polo Agreste-Trairí que era o que teoricamente deveria contemplar os municípios do Polo Potengi? 6- Quais foram as etapas utilizadas por vocês para criação do novo Polo de Turismo? 7- Quais são os documentos necessários para a formação de um novo Polo de Turismo? 8- Quais foram as estratégias que vocês utilizaram para convencer os outros municípios a aderir ao Polo Potengi? E quais foram as estratégias para aceitação da Secretaria do Estado de Turismo do Rio Grande do Norte?
Compreender as dificuldades encontradas para criação do novo polo de turismo do Potengi.	9- Vocês encontraram alguns obstáculos para a formação desse novo Polo Turístico? Se sim, fale um pouco sobre eles. Se não, quais as facilidades encontradas para formação do novo polo turístico? 10- Teve algum município resistente à adesão ao Polo Turístico Potengi? Qual? E por que da resistência?

Fonte: Elaboração Própria, 2022.

Ademais, foi utilizado o documento do Projeto de Criação do Polo Turístico Potengi para relacionar com as falas dos entrevistados, além de observar novas informações que não foram mencionadas nas entrevistas.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE CRIAÇÃO DO POLO TURÍSTICO POTENGI NO RIO GRANDE DO NORTE

O planejamento e desenvolvimento do projeto de criação do Polo Turístico Potengi do Rio Grande do Norte é uma forma de estimular o turismo em alguns municípios cujos gestores perceberam que seria uma maneira de se inserir no mapa do turismo do Rio Grande do Norte. O município do Rio Grande do Norte que está impulsionando a formação desse polo e convidando outros municípios para fazer parte é São Paulo do Potengi.

Nesse sentido, foi realizada uma análise da oferta turística dos municípios que farão parte do Polo Potengi no Rio Grande do Norte, buscando entender as cidades que fazem parte desse polo turístico, os atrativos turísticos que contemplam os principais municípios, os segmentos turísticos característicos desse polo e o seu diferencial comparando com outros polos.

Essa proposta de formação do novo Polo Turístico foi baseada no Programa de Regionalização do Turismo, que segundo o Ministério do Turismo (2019) trata-se de uma integração de atores para que fosse possível o desenvolvimento regional de forma planejada e participativa.

No que tange as cidades que irão contemplar o Polo Potengi, conforme verifica-se no Quadro 2, os gestores de São Paulo do Potengi que estão à frente da organização para a formação do Polo Turístico informaram que são os municípios de São Paulo do Potengi, Santa Maria, São Tomé e Riachuelo. Quanto às principais cidades, tanto a coordenadora de turismo, quanto o secretário de turismo concordam que São Paulo do Potengi é uma das principais. Entretanto, há divergências de opiniões, no que diz respeito a outros municípios que ficam entre esses principais, posto que a coordenadora de turismo cita Santa Maria e São Tomé e já o secretário de turismo menciona Riachuelo.

Quadro 2- Cidades que fazem parte do Polo Turístico Potengi

Coordenadora de Turismo	Secretário de Turismo
Os municípios integrantes são: São Paulo do Potengi, Santa Maria, São Tomé e Riachuelo. As principais são: São Paulo do Potengi, Santa Maria e São Tomé.	Hoje nós temos algumas cidades na região Potengi, ou seja, Santa Maria, São Tomé e São Paulo do Potengi. Dentre elas nós temos também umas que já são polos na região. São referência. São Paulo do Potengi como sempre foi conhecida como a capital da região Potengi. Temos também Riachuelo que é uma cidade que já faz parte do outro polo, mas ela é uma cidade de referência também, como as demais, mas acho que São Paulo do Potengi e Riachuelo seriam as cidades mais polo da região.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Diante do exposto, percebe-se que necessita haver um entendimento entre as partes sobre os municípios mais importantes no estímulo para o desenvolvimento turístico desse polo.

Segundo dados do documento do Polo Potengi (2021) elaborado por Santa Maria, São Paulo do Potengi, Riachuelo e São Tomé, a união entre tais cidades fez-se devido à



necessidade de valorização desses destinos através de seus atrativos e de sua cultura, possibilitando o incremento da economia local.

No que concerne aos atrativos turísticos que contemplam os principais municípios do Polo Turístico Potengi são apontados pela coordenadora de turismo no Quadro 3 os seguintes: atrativos naturais, trilhas ecológicas, prédios tombados, casarões históricos, mirantes, mercados regionais, rios, balneários, monumentos religiosos, calendário diversificado de eventos, dentre outros. Nesse sentido, o secretário de turismo especifica alguns deles mencionando a Barragem Campo Grande, o Mirante de São Pedro, a Estátua de Monsenhor Expedito e o Museu de Monsenhor Senhor Expedito.

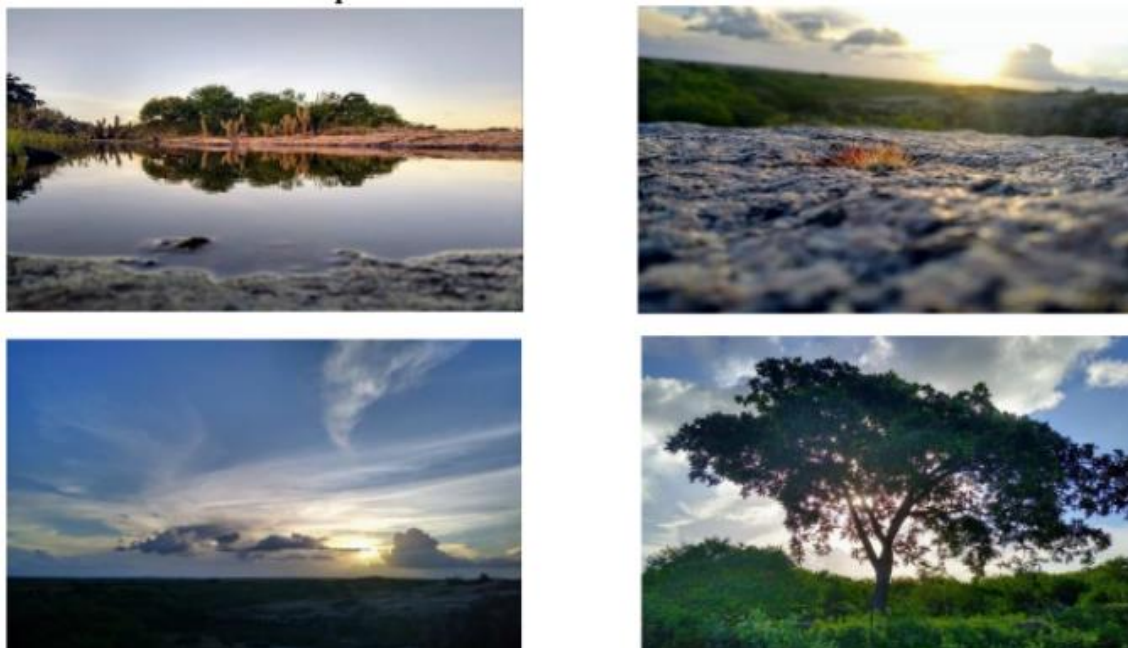
Quadro 3- Atrativos turísticos que contemplam os principais municípios do Polo Turístico Potengi

Coordenadora de Turismo	Secretário de Turismo
Atrativos naturais, trilhas ecológicas, prédios tombados, casarões históricos, mirantes, mercados regionais, rios, balneários, monumentos religiosos, calendário diversificado de eventos, entre outros.	Nós temos aqui em São Paulo do Potengi hoje a Barragem Campo Grande que é um grande atrativo turístico que as pessoas praticam a questão do turismo ecológico na região. Então assim essas são as peças mais importantes. Como temos também projetos como o futuro da Estátua de Monsenhor Expedito. Temos aqui também o Museu de Monsenhor Senhor Expedito aqui no nosso município. Temos vários atrativos e beirando também a questão do turismo religioso, né! A nossa região tem essa parte religiosa muito forte. Então, você pode entender que todas as linhas turísticas de nossa região é dentro da religiosidade, beirando a fé, mirante, Monsenhor Expedito, né. Então basicamente esses são os atrativos principais da nossa região.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Diante disso, observa-se uma congruência dos atrativos citados pelos entrevistados e os apresentados no documento do Polo Potengi elaborado em 2021, uma vez que tudo que é citado pelos entrevistados contém no documento, sendo acrescentados apenas alguns atrativos a mais como: Igreja Matriz São Paulo Apóstolo, Mirante São Francisco, Capela de São Francisco, Estátua de São Francisco e Mercado do Produtor. Ademais, o documento também apresenta outros atrativos como os tanques em Santa Maria para as pessoas fazerem caminhadas e para acampamentos conforme observado na Figura 3.

Figura 3 – Fotos de Os tanques em Santa Maria



Fonte: Santa Maria *et. al.* (2021).

Ademais tem outros atrativos no documento do Polo Potengi de 2021, os quais são: Rio Potengi, Olho d' Água, Barragem Alto do Céu e a Igreja Nossa Senhora da Conceição. Nesse contexto, observa-se que há alguns atrativos naturais, mas há também atrativos do turismo religioso. Para Prazeres e Carvalho (2015) o sucesso do segmento de turismo religioso depende tanto das motivações dos visitantes, quanto das condições de acolhimento que a cidade oferece correspondentes às expectativas desse público.

Apesar do foco em turismo religioso no Polo Potengi mencionado pelo Secretário de Turismo e Cultura de São Paulo do Potengi anteriormente, notou-se no Quadro 4 que existem também outros segmentos turísticos como o histórico-cultural, o de aventura, o de eventos e o ecológico. Nesse sentido, é possível conhecer esses segmentos turísticos a partir de uma correlação com os conceitos de alguns autores como Sgroi (2021), Boulhila *et. al.* (2022), Hung e Wu (2021), Marujo (2015) e Pons (2016).

Assim, o turismo religioso, segundo Sgroi (2021) afirma que esse tipo de turismo tem uma necessidade espiritual de restaurar a alma ao visitar um santuário, estabelecendo uma relação entre o indivíduo, a religião e o território.

Já o turismo histórico-cultural, de acordo com Boulhila *et.al.* (2022) trata-se do desenvolvimento do turismo voltado para o patrimônio cultural, não se limitando apenas em preservá-lo, mas em utilizá-lo para que se mantenha dinâmico e vivo, tendo o envolvimento também do setor público e dos cidadãos.

No que se refere ao turismo de aventura apresenta atividades com desafios físicos, potencialmente levando a um crescimento positivo na auto-avaliação da condição física (HUNG; WU, 2021). Quanto ao turismo de eventos, Marujo (2015) assegura que os eventos criam oportunidades de viagens em busca de um acontecimento, movimentando a atividade econômica e social que gera alguns benefícios para a comunidade.



Para Pons (2016), o turismo ecológico fomenta uma prática turística que respeita e aprecia o meio ambiente e a autenticidade do entorno no qual se pratica, potenciando o natural e cultural.

Diante desses conceitos tem-se a dimensão dos segmentos de turismo que os municípios do Polo Potengi possuem, representando as suas características como polo turístico no Quadro 4.

Quadro 4- Segmentos de Turismo característico do Polo Turístico Potengi

Coordenadora de Turismo	Secretário de Turismo
Segmentos: Religioso, Histórico-Cultural, Aventura e de Eventos.	A gente trabalha em cima de um turismo religioso muito forte. Também temos a questão do turismo ecológico e turismo de aventura porque na nossa região tem muitos grupos de bike. Então essa linha de turismo religioso, turismo ecológico e turismo de aventura são muito fortes na nossa região.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

No que tange ao diferencial do Polo Turístico Potengi em comparação com outros polos do Rio Grande do Norte observa-se no Quadro 5 que são apontadas as características voltadas para o turismo religioso e de eventos de emancipação política e de padroeiros. Um dos grandes diferenciais também é “Monsenhor Expedito”, que foi um homem que lutou pela água na região. De acordo com Santa Maria *et. al.* (2021) no documento do Polo Potengi Monsenhor Expedito era um padre que após seu falecimento, foi impulsionado o turismo religioso, no qual as pessoas passaram a chamá-lo de “O Profeta das Águas”.

Quadro 5 – Diferencial do Polo Turístico Potengi comparando com os outros polos do Rio Grande do Norte

Coordenadora de Turismo	Secretário de Turismo
Acredito que o principal diferencial é: características muito similares entre os municípios integrantes, bem como um forte segmento de eventos e religioso e o comprometimento em fomentar e estimular o turismo por meio de projetos como a construção de monumentos religiosos na região.	O grande diferencial é primeiramente por ser um polo novo. Ele é um polo que vai abranger a diferença de nosso município de toda a região e a diferença que nós temos é justamente essa porque na nossa região o catolicismo é muito forte, o cristianismo né, a religiosidade é muito forte. São municípios que trabalham muito a questão do turismo dentro dos eventos de emancipação política, de padroeiros. Então isso tem uma característica muito forte na nossa região que pode trazer o turista até nossa cidade para conhecer a nossa história, a história que nós temos aqui em São Paulo do Potengi que é do Monsenhor Expedito que temos uma



	<p>cultura que lembra o seu nome como o homem que lutou pela água na região Potengi. Então, estamos muito atrelados à religiosidade. Não que os outros polos não tenham, mas a linha nossa realmente é do turismo religioso. É muito forte na nossa região.</p>
--	---

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

No que diz respeito à motivação para formação de um novo polo turístico ao invés de aderir ao Polo Agreste-Trairi o Quadro 6 aponta que a principal motivação é a similaridade dos municípios, ou seja, as características similares de religiosidade, eventos, economia, geografia, entre outros, diferente das outras regiões e municípios que integram o Polo Agreste-Trairi, além disso, por ser um novo polo de turismo motiva a região Potengi e seus gestores a criar mais uma instância de governança regional para fomentar o turismo e valorizar a história e a cultura das cidades integrantes.

Quadro 6- Motivação para formação de um novo polo turístico ao invés de aderir ao Polo Agreste-Trairi.

Coordenadora de Turismo	Secretário de Turismo
<p>Devido a região ter características similares, proximidade geográfica e ficar distante dos outros municípios do Polo Agreste-Trairi, foi pensado e desenvolvido o projeto de criação do Polo Potengi visando o melhor desenvolvimento do turismo na região.</p>	<p>Tendo ideia que a nossa região sempre foi muito falada né pelo Estado porque nós temos aqui a Vaquejada, a Caprifeira. Na nossa região existem muitos eventos e nós sabemos que para um polo ser criado ele tem que ter uma característica de sua região. Então o Agreste-Trairi tem uma característica lá que se trabalha muito com turismo culinário é muito forte na região do Agreste-Trairi. Então, na nossa concepção além de você fortificar o turismo, deixando ele forte de fato, na criação de um novo polo você vai trazer mais organização do turismo. Você vai trazer a seriedade do turismo nas cidades que não é tão forte nos interiores do Estado. Então a criação do polo vai trazer essa questão da seriedade do Secretário de Turismo, do Coordenador de Turismo, do Subcoordenador de Turismo, do ajudante do Turismo e essa diferença foi que fez a gente lutar pela criação desse polo. A diferença que fez você entender que o Agreste-Trairi tem uma forma de turismo, o Costa Branca já trabalha de outra forma e o Potengi tem a sua característica, que é a característica que eu vinha</p>



	falando que é a religiosidade. Não que os outros não tenha, mas na nossa é muito forte, onde a gente viu que nos outros polos não tinha muito isso. Então a gente trabalhou firme para fazer a criação desse polo
--	---

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

No que se refere aos procedimentos para a criação de um polo de turismo, observa-se no Quadro 7 que as principais etapas respectivamente são: criar e apresentar a proposta para o órgão estadual responsável, que neste caso é a Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte – Setur-RN; conquistar a adesão de pelo menos 4 municípios para a criação do Polo Potengi; apresentar documentação comprobatória; e por fim, cadastrar as informações turísticas dos municípios no sistema do Ministério do Turismo - Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro (Sismapa), mediante calendário pré definido de atualização visando a entrada de novos municípios ou novos polos. Entendendo assim, que é um procedimento aberto para todas as cidades que tenham potencial para atuar no turismo seja como atividade principal, de apoio ou fornecedor de produtos inerentes ao turismo e que cumpram todos os requisitos obrigatórios.

Quadro 7: Etapas para a Criação do Polo Turístico.

Coordenadora de Turismo	Secretário de Turismo
A primeira etapa foi levar a Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte a proposta de Criação de uma nova região turística, a segunda etapa foi conquistar a adesão dos municípios, a terceira etapa foi a reunião de documentação obrigatória para criação do Polo Potengi e por último, o cadastro das informações dos municípios e inserção de documentação comprobatória no site do Ministério do Turismo para aprovação.	A primeira etapa foi fazer um registro da tutoria do nosso município né que ao longo dos anos nunca tinha sido registrado, nunca tinha conferido e na verdade falando em nível estadual e de união nós não somos divulgados para ninguém porque nós não fazemos parte do mapa do turismo polo. As etapas foram: registrar o nosso município dentro do polo para que ele seja divulgado nacionalmente e também no Estado, nas agências de turismo que para entrar você tem que está fazendo parte do mapa. Então as etapas foram fazer a busca dos municípios da região, pois nós fomos a cada um e conversamos com seus respectivos representantes na parte de turismo como coordenadores e secretários. Logo após, fizemos um projeto com o nome Polo Potengi porque nossa região é Potengi. Levamos a Secretaria Estadual de Turismo e indagamos a importância de nossa região como eu falei quando a outra pergunta foi feita né. Não se mistura características com outras regiões. Então nós temos a nossa característica. Então as etapas foi



	criação do projeto, a procura dos municípios que tenha competência para entrar. Depois foi o registro de documentos como a busca de documentos necessários para entrar, né. Por exemplo, a questão do Cadastur, das empresas, o Conselho Municipal de Turismo. E agora já no final estamos no processo final de registro e preenchimento do sistema. Então essas foram as etapas do polo.
--	---

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

De acordo com a resposta dos entrevistados foi citado como documentos obrigatórios para a criação de uma nova região turística o comprovante da existência de órgão ou entidade responsável pela pasta e Turismo - Lei de Estrutura Orgânica da Administração Pública, a Lei de Criação do Conselho Municipal de Turismo - Comtur, a portaria de nomeação dos membros do Comtur, as atas das 2 (duas) últimas reuniões do Comtur, a Ata da Reunião de Criação Polo Potengi, o Atestado do Dirigente da Pasta de Turismo, o Termo de Adesão ao Programa de Regionalização do Turismo pelos Municípios - PRT, a Lei Orçamentária Anual - LOA e Quadro de Detalhamento de Despesas, Certificado de pelo menos 1 prestador de serviço turístico do eixo obrigatório (meios de hospedagem, agências de viagem, transportadora turística, organizador de eventos ou parques temáticos) e o Termo de Adesão do Polo ao PRT, conforme o quadro 8 e Portaria MTUR Nº 41, de 24 de Novembro de 2021.

No artigo 2º são apresentados os critérios obrigatórios para que um município integre uma região turística do Mapa do Turismo Brasileiro:

- I - comprovar a existência de órgão ou entidade municipal responsável pela pasta de Turismo, por meio da apresentação de normativo referente à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;
- II - comprovar a existência de dotação orçamentária destinada ao turismo, por meio da apresentação da Lei Orçamentária Anual - LOA e do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD vigentes;
- III - possuir, no mínimo, um prestador de serviços turísticos, de cadastro obrigatório no Ministério do Turismo, conforme disposto no caput do art. 21 da Lei nº11.771, de 17 de setembro de 2008, e em situação regular no Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos;
- IV - comprovar a existência de conselho ou fórum municipal de Turismo ativo, mediante a apresentação: a) do ato normativo que o instituiu; b) da ata de posse de sua atual diretoria; e c) das atas das duas últimas reuniões realizadas;
- V - apresentar termo de compromisso, conforme modelo disponibilizado pelo Ministério do Turismo, assinado pelo prefeito municipal e pelo dirigente responsável pela pasta de Turismo, aderindo, de forma espontânea e formal, ao Programa de Regionalização do Turismo.

No parágrafo único expõe que em relação ao disposto no inciso IV do caput, nos casos em que o conselho ou fórum municipal de Turismo tiver sido instituído no mesmo



mês da realização do cadastro no sistema eletrônico do Mapa do Turismo Brasileiro, faculta-se a apresentação das atas das duas últimas reuniões realizadas.

Quadro 8: Documentação necessária para a criação do Polo de Turismo.

Coordenadora de Turismo	Secretário de Turismo
<p>Os principais documentos são: Comprovação da existência de órgão ou entidade responsável pela pasta e Turismo - Lei de Estrutura Orgânica da Administração Pública, Lei de Criação do Conselho Municipal Turismo - COMTUR, Nomeação dos Membros do Comtur, Atas das 2 últimas reuniões do Comtur, Ata da Reunião de Criação Polo Potengi, Atestado do Dirigente da Pasta de Turismo, Termo de Adesão ao Programa de Regionalização do Turismo pelos Municípios - PRT, Lei Orçamentária Anual - LOA, Certificado de 1 prestador de serviço turístico do eixo obrigatório e Termo de Adesão do Polo ao PRT.</p>	<p>A gente teve que iniciar pela criação de um Conselho Municipal, termo que o Ministério pede para a gente fazer. As reuniões, que são as atas que são cobradas de reuniões e discussões do turismo para o município e da região. Teve a parte de assinatura também com os outros municípios que foi cobrado a questão de aceitação do polo, do registro dos prefeitos. Assim, teve todos esses documentos que foram feitos essa busca dessa questão. Foi feito o levantamento se os municípios têm ISS, a questão dessa parte dos QDDS, das LOAS, dos PPAS de cada município. Se tem verba para isso. São basicamente esses documentos que foram feitos. O Conselho Municipal é muito importante para ver as atas. Mais ou menos esses documentos.</p>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

No que se refere à questão estratégias para adesão dos municípios e aceite da proposta pela Setur-RN para criação do Polo Potengi é possível verificar que a principal estratégia foi mostrar a importância de constituir um polo para cooperação mútua entre os municípios e reconhecimento das potencialidades turísticas de cada cidade, com a finalidade de fomentar o turismo local e regional. Além disso, é relevante está no mapa brasileiro de turismo através da adesão ao PRT, visto que esta inserção permite aos municípios e polos visibilidade, parcerias, promoção, divulgação e destinação de recursos para implementação e/ou desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada e descentralizada.

Quadro 9: Estratégias para adesão dos municípios ao Polo Turístico Potengi e estratégias para aceitação da Secretaria do Estado de Turismo do Rio Grande do Norte

Coordenadora de Turismo	Secretário de Turismo
<p>Apresentar a importância da união e cooperação entre os municípios para obter recursos e desenvolver o turismo local e regional, a partir das potencialidades de cada um.</p> <p>O Programa de Regionalização do Turismo por meio do Mapa do Turismo Brasileiro tem a finalidade de buscar a adesão de novos municípios e novas regiões turísticas, então a proposta do novo polo vai de encontro ao PRT e também da Setur RN que coordena o turismo estadual e que busca cada vez mais regionalizar o Estado e fomentar o turismo no maior número de municípios possível.</p>	<p>Bom falando em questões de municípios nós conseguimos mostrar a eles a importância de você fazer parte do mapa justamente pela divulgação, pela aquisição de emendas, de verba e de dinheiro para o seu município. E a importância de você está sendo de fato registrado em documento, registrado em um mapa, como de fato você é alguém. É a mesma coisa de um município que não faz parte de um polo de um mapa de uma criança sem certidão de nascimento porque ela não tem registro, ela não tem nome, ela não tem característica, ela não tem gênero. Então a gente buscou isso e mostrou para os municípios né. E de antemão desse levantamento que foi feito na procura dos municípios levamos a secretária estadual a importância do Polo Potengi. Justamente pela característica porque tem muitos municípios. São 11 municípios da região né. E o que foi aderido foi em torno de 4 municípios. Então já levamos um documento para ela explicando que nós temos a parte de hotelaria, de restaurantes, de vias, de hospitais. Tudo que é cobrado para você está aderindo já foram apresentados já. Ou seja, de antemão já foi feito um pré-inventário e creio que ela notou a nossa mobilização e nossa vontade de registrar a região Potengi no turismo. Porque de fato a gente nunca tinha sido registrado em todos esses anos e a partir de agora nós somos alguém, ou seja, nós temos uma certidão de nascimento como registro e daí ela viu a importância de não aderir a outro polo justamente pela característica da região que nós temos.</p>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022

Sobre as dificuldades encontradas para a construção de um novo Polo Turístico para o Estado do Rio Grande do Norte, observa-se no quadro 10 as seguintes reflexões:



Quadro 10- Obstáculos ou facilidades encontradas para formação de um novo Polo Turístico

Coordenadora de Turismo	Secretário de Turismo
Não. Acesso fácil aos municípios e a Setur RN, boa comunicação com outros setores devido a rede de contatos do gestor e visão dos gestores municipais para o desenvolvimento do turismo.	O primeiro obstáculo é o de tomar a frente indo a cada município, a cada prefeito, a cada gestor e explicar a eles essa importância de que o seu município precisa está no mapa, precisa está registrado. Então a primeira dificuldade além de tudo que nós temos dentro do turismo, do incentivo, de muitas vezes você sofrer por uma ajuda, de você ter ir com a própria vontade atrás disso. Creio que a maior dificuldade foi mostrar que a maior dificuldade foi mostrar que essa certidão de nascimento é importante para cada município. Alguns não aderiram e não deram essa devida importância, mas a gente entende que ao longo do tempo eles vão ver que nós vamos está registrado, aonde vai ser divulgado em todo o país. Então, eu creio que a dificuldade foi que os gestores entendessem que é importante o seu município está dentro do mapa e que ao longo desses tempos a gente sabe que faz parte da gestão e que entende-se a questão do polo decisões que só tinham um município fazendo parte de algum polo. Então você vê em todos os anos não foi dada a devida importância para o turismo. Então a dificuldade foi realmente colocar na mente dos prefeitos que um polo é de fundamental importância.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

De acordo com os relatos apontados, observa-se uma dicotomia em relação às falas apresentadas, enquanto a Coordenação de Turismo do município discorre que não houve dificuldades para a elaboração do Polo Turístico Potengi, afirmação constatada pela seguinte declaração: “Acesso fácil aos municípios e a Setur RN, boa comunicação com outros setores devido a rede de contatos do gestor e visão dos gestores municipais para o desenvolvimento do turismo”. Identifica-se um contraponto em relação à fala do Secretário de Turismo e Cultura da cidade.

Este reitera que as dificuldades surgiram desde o início da construção do projeto quando alega que: “o primeiro obstáculo é o de tomar a frente indo a cada município, a cada prefeito, a cada gestor e explicar a eles essa importância de que o seu município precisa está no mapa, precisa está registrado”. Dessa forma, analisa-se que a compreensão sobre a elaboração de um polo turístico, pode gerar diferentes percepções acerca das barreiras enfrentadas para desenvolver uma instância de governança integrada e participativa.

A partir do exposto, aponta-se a existência de obstáculos e dissonâncias na comunicação entre os próprios autores que idealizam o projeto. Essa integração e participação dos diferentes atores que compõem um núcleo turístico são essenciais para



a criação de um polo. Almeida, Vital e Melo (2019) discorrem que “é importante a criação de políticas públicas de incentivos à integração do polo aos serviços e demais atividades econômicas da região polarizada” para criar condições de crescimento e desenvolvimento territorial.

Em contrapartida os atores compreendem a importância da construção de um polo turístico para a região, “um polo é de fundamental importância”, e apresentam otimismo em relação aos benefícios oriundos desse tipo de ordenamento turístico. A implantação de projetos de regionalização do turismo apresenta-se como um possível condutor de crescimento e desenvolvimento econômico e social. Se bem planejado, pode impactar positivamente as populações que fazem parte do projeto, haja vista que, esse tem o “objetivo de contribuir com a melhoria da qualidade de vida das populações fixas dos municípios que integram o Polo” (Almeida et al., 2019). Nesse sentido, pode-se justificar o interesse e o otimismo apresentados pelos atores para a criação de um novo polo turístico para o Estado do Rio Grande do Norte.

Em relação às resistências encontradas para adesão dos municípios ao polo Potengi, avalia-se as seguintes declarações:

Quadro 11- Resistência de algum (s) município (s) à adesão ao Polo Turístico Potengi e motivação de tal resistência

Coordenadora de Turismo	Secretário de Turismo
Sim. Ruy Barbosa, Ielmo Marinho, Bom Jesus e Senador Elói de Souza. Não tiveram interesse em aderir ao Polo e/ou não tinham pasta de Turismo que pudesse gerir a atividade turística, item obrigatório para o MTUR.	O que de fato aconteceu inicialmente foi a dificuldade, foi o município muitas vezes não ter inicialmente pelo menos uma empresa registrada no Cadastur que é o mínimo que um município pode ter. A empresa de turismo pode está recebendo algum tipo de benefício, de algum registro e essa questão veio para dificultar. De todos os que foram procurados da região, dos 11 alguns não demonstraram, não foi nem resistência, mas foi vontade de querer fazer parte até porque muitos desses municípios nem pasta de turismo tem porque nem todo município tem. Então para eles torna um pouco dificultoso fazer parte. Mas a maior dificuldade que a gente achou eu acho que foi com relação ao município de Riachuelo. Esse município já fazia parte do Polo Agreste Trairi e então eles ficaram muito preocupados em sair de algo que já está consolidado e entrar em algo novo. E isso gerou até inicialmente algumas discordâncias entre os secretários, mas aí a minha procura junto ao prefeito explicando para ele da importância de está fazendo parte do Polo Potengi acabou com essa dificuldade. Porque a Secretária entendeu que ela é vizinha é muito melhor do que está dentro de um Polo que tem outra característica que está a quilômetros de distância do município dela.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.



De acordo com a narrativa, os atores do projeto encontraram resistências significativas no decorrer do desenvolvimento do polo Potengi, resistências relacionadas à falta de interesse, dificuldades de comunicação e a não existência de infraestrutura turística e de gestão em alguns municípios que comporiam o polo. “Não tiveram interesse em aderir ao Polo e/ou não tinham pasta de Turismo que pudesse gerir a atividade turística, item obrigatório para o MTUR”. Dessa forma, avalia-se que a implantação de um polo turístico dispõe de complexidade considerável quando colocado em prática, requer perpassar por obstáculos inerentes a megaprojetos como o de polarização de território, e os responsáveis por sua execução precisam estar a par de tais premissas.

Nesse sentido, ressalta-se uma das principais diretrizes norteadoras para a construção de um polo turístico, sendo essas as: “políticas de ações voltadas para a gestão coordenada e o planejamento integrado e participativo” (Dantas & Sonaglio, 2021). Tais diretrizes são consideradas fundamentais para a inicialização de um projeto de polarização. Os responsáveis pela iniciativa devem estabelecer parâmetros estratégicos para analisar todo contexto por trás da implantação de um polo, conhecer os participantes e suas limitações, apresentar capacidade de articulação e promover ações que facilitem a compreensão sobre a possibilidade de crescimento e desenvolvimento.

Observa-se por meio das falas, que os gestores do município de São Paulo do Potengi, cidade que expressa maior interesse na implantação do Polo Potengi, buscam se articular de maneira coordenada e participativa quando incluem ações que promovem conhecimento sobre a relevância de um polo para a região. “Então a dificuldade foi realmente colocar na mente dos prefeitos que um polo é de fundamental importância”. Apresentam iniciativa e procuram trabalhar de maneira integrada ao incluírem todas as falas dos gestores das cidades participantes.

Dessa forma, a potencialidade da região ser polarizada está ancorada na iniciativa do município núcleo, São Paulo do Potengi, pois suas ações e estratégias buscam cumprir as principais diretrizes que norteiam a elaboração de um polo turístico, gestão coordenada, planejamento integrado e participativo descritos por Dantas e Sonaglio (2021), além de compreenderem a relevância de desenvolvimento, que projetos como esse, podem proporcionar aos municípios envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais aqui descritas são meios de responder aos objetivos de pesquisa. Nesse sentido, quanto à análise da oferta turística dos municípios que irão fazer parte do Polo Potengi no Rio Grande do Norte percebe-se que os municípios que farão parte desse polo são: São Paulo do Potengi, Santa Maria, São Tomé e Riachuelo. Nesse contexto, conclui-se que os atrativos turísticos de tal polo são: atrativos naturais, trilhas ecológicas, prédios tombados, casarões históricos, mirantes, mercados regionais, rios, balneários, monumentos religiosos, calendário diversificado de eventos, passeios de *Off Road*, 4x4, Bike, entre outros. Tendo como principais segmentos: religioso, histórico-cultural, aventura e de eventos.

No que tange aos procedimentos realizados para criar um polo turístico foi analisado primeiramente que as características dos municípios que irão integrar o novo polo são similares em aspectos como: religiosidade, eventos, economia e geografia. Assim, conclui-se que a primeira etapa foi levar a proposta do polo para a Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte (Setur/RN), a segunda etapa - conquistar a



adesão dos municípios da região Potengi, e a terceira etapa - e seu enviar a documentação obrigatória para o Ministério do Turismo através de cadastro no Sismapa para validação e aprovação.

No que se refere às dificuldades encontradas para criação do polo turístico do Potengi teve-se como a primeira dificuldade o fato de ter que ir em cada município e falar com cada gestor sobre a importância da criação do polo e a relevância desses municípios estarem no mapa do turismo brasileiro. Ademais, tiveram alguns municípios em que os gestores apresentaram resistência à adesão do novo polo, como Ruy Barbosa, Ielmo Marinho, Bom Jesus e Senador Elói de Souza. A falta de interesse desses municípios também se deu por eles não terem uma pasta específica do turismo, como por exemplo, secretaria ou coordenação de turismo, ficando fora do novo polo turístico. Outra resistência foi do município de Riachuelo que já fazia parte do Polo Agreste- Trairi e estava preocupado em trocar de polo turístico, mas acabou aceitando a adesão.

Mediante a análise dessas questões conclui-se que, o presente artigo mostra a experiência dos gestores através do papel da coordenadora e do secretário de Turismo e Cultura de São Paulo do Potengi, com a finalidade de impulsionar o planejamento e desenvolvimento do projeto de criação do polo turístico Potengi no Rio Grande do Norte, buscando assim, desenvolver os destinos turísticos do polo Potengi.

As limitações do estudo são: a dificuldade encontrada para conseguir a entrevista com o Secretário de Turismo e Cultura de São Paulo do Potengi, uma vez que levou cerca de um mês para conseguir a entrevista, tendo em vista que se trata de um indivíduo com muitos compromissos profissionais.

Logo, o estudo contribui para trabalhos futuros, pois não apenas traz quais são os polos turísticos e descrevem suas características como se observa nos estudos que mencionam polos turísticos, mas mostra a forma como é concebido um novo polo turístico, suas especificidades e obrigações perante os órgãos que gerenciam o turismo no âmbito estadual e federal no Brasil.

Assim, conclui-se que esse trabalho atingiu seus objetivos e pode apontar uma tendência para a formação de novos polos com distâncias menores entre os municípios que integram os mesmos e um melhor aproveitamento dos atrativos desses municípios, fomentando ainda mais o programa de regionalização do turismo, dando aos municípios com potencial turístico ou novos destinos a capacidade de desenvolver o turismo em seu município e sua região, de forma participativa, cooperativa e descentralizada. Logo, o presente estudo será relevante tanto para gestores municipais quanto para pesquisadores acadêmicos do turismo e áreas afins.

REFERÊNCIAS

Almeida, B. L. A.; Vital, T. W.; & Melo, A. S. (2019). Polo Turístico Vale do São Francisco: o papel de cada município na cadeia produtiva do enoturismo. *Brazilian Journal of Develop*, Curitiba, v. 5, n.9, p. 14099-14125.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. v. 4, n. 70. Lisboa, Portugal.

Beni, M. C. (2002). *Análise Estrutural do Turismo*. 7 Ed. São Paulo: SENAC.

Boulhila, S.; Alouat, M.; Rezzaz, M.; & Schmitz, S. (2022). Towards a development model of local cultural tourism through the involvement of local actors (Province of



Constantine, Algeria). *GeoJournal of Tourism and Geosites*. Ano XV, v.40, n.1, p. 9-19. DOI: 10.30892/gtg.40101-797.

Butler, R. W. (1980). The concept of tourism area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 24 (1), 5-12.

Carvalho, F. C. C.; & Pimentel, T. D. (2019). Mapeando os modelos de planejamento turístico: em busca de refinamento teórico com vistas à intervenção qualificada. *Revista Latino Americana de Turismologia*. Juiz de Fora (Brasil), v.5, p.1-14. Disponível em:< file:///C:/Users/55849/Downloads/30519-Texto%20do%20artigo-120875-1-10-20200509.pdf> Acesso em: 2 jan. 2022.

Cruz, R. C. A. (2005). Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *GEOSUL: Revista do Departamento de Geociências – CFH*, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43.

Dantas, F. R. A.; & Sonaglio, K. E. (2021). Governança do turismo e as áreas protegidas: análise do Polo Turístico Costa das Dunas- RN, Brasil. *Rosa dos Ventos*. v. 13, n. 1, Enero-Marzo, p. 177-189. Doi: <https://doi.org/10.18226/21789061.v13i1p177>.

Diário Oficial da União (2022). Portaria Mtur Nº 41, de 24 de novembro. Disponível em: <n.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mtur-n-41-de-24-de-novembro-de-2021-362609866>. Acesso em 26 nov. 2022.

Duda, J. I. M.; & Araújo, L. M. (2014). Polos de turismo no Nordeste do Brasil: crescimento, desenvolvimento e escassez de conhecimento. *Caderno Virtual de turismo*. Rio de Janeiro, v. 14, n.3, p. 204-218.

Henz, A. P.; Leite, L. F. C.; & Anjos, F. A. (2010). Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - Saberes e fazeres no turismo: Interfaces*. 9-10 de julho de 2010. Universidade de Caxias do Sul, ISSN 1806-0447.

Hung, H. K.; & Wu, C. C. (2021). Effect of adventure tourism activities on subjective well-being. *Annals of Tourism Research*. v.91, p.1-5. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2021.103147>.

Marujo, N. (2015). O contributo do turismo de eventos para o desenvolvimento turístico de uma região. *Revista DELOS: Desarrollo Local Sostenible*. v.8, n.23, p. 1-12. Disponível em:< <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/16747/1/no%3%a9mi%202015%200%20CONTRIBUTO%20DO%20TURISMO%20DE%20EVENTOS%20PARA%20%20DESENVOLVIMENTO.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

Ministério do Turismo (2004). *Diretrizes Políticas: Roteiros do Brasil*.

Ministério do Turismo (2019). *Mapa do Turismo Brasileiro*.

Ministério do Turismo (2019). *Regionalização: Sensibilização e Mobilização*.



Ministério do Turismo (2019). *Regionalização: Institucionalização da Instância de Governança Regional*.

Perroux, F. (1967). *Economia do século XX*. Tradução de José Lebre de Freitas. Lisboa: Editora Herder.

Pinheiro, I. F. S.; Maracajá, K. F. B.; & Chim-miki, A. F. (2019). Política pública de regionalização do turismo: um estudo sobre a participação social no Polo de Turismo do Seridó. *Turismo: Visão e Ação*, v. 22, n.1, p. 162-184. Doi: <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v22n1.p.162-184>

Pons, M. E. (2016). Del turismo ecológico al ecoturismo: análisis de las unidades léxicas de un turismo emergente. *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación*. v. 67, p. 110-135. DOI: <http://dx.doi.org/10.5209/CLAC.53480>

Prazeres, J.; & Carvalho, A. (2015). Turismo religioso: Fátima no contexto dos Santuários Marianos europeus. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (PASOS)*, v.13, n.5, p. 1145-1170.

Santos-Lacueva, R.; Clavé, S. A.; & Saladié, O. (2017). The vulnerability of coastal tourism destinations to climate change: the usefulness of policy analysis. *Sustainability*. v. 9. Doi:10.3390/su9112062.

Santa Maria; São Paulo do Potengi; Riachuelo & São Tomé. (2021). *Polo Turístico da Região Potengi - Polo Potengi*. Documento apresentado à Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte. Natal.

Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte (2021). *Polos Turísticos*. Disponível em < <http://www.setur.rn.gov.br/>>. Acesso em 08 de nov. 2021.

Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte (2011a). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Costa Branca*. Disponível em:< http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/RIO_GRANDE_DO_NORTE/PDITS_POLO_COSTA_BRANCA.pdf> Acesso em: 19 jan. 2022.

Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte (2011b). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Seridó*. Disponível em:< http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/RIO_GRANDE_DO_NORTE/PDITS_POLO_SERIDO.pdf> Acesso em: 19 jan. 2022.

Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte (2016a). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Serrano*. Disponível em:< <https://www.governocidadao.rn.gov.br/smiv3/site/conteudos/midias/2614a2ad78054846cef5a1416a0bc16d.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2022.

Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte (2016b). *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Agreste-Trairi*. Disponível em:<



<https://www.governocidadao.rn.gov.br/smiv3/site/conteudos/midias/a87005bc5745b9e2cd964681ef2a196e.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2022.

Sessa, A. (1983). *Turismo e política de desenvolvimento*. Tradução de Lourdes Felinei Sartor. Porto Alegre: Uniontur, 1983.

Sigloi, F. (2021). Food products, gastronomy and religious tourism: the resilience of food landscapes. *International Journal of Gastronomy and Food Science*, v. 26, p.1-5. DOI: 10.1016/j.ijgfs.2021.100435.

Silva R. C. (2014). *Política de regionalização do turismo no interior potiguar: articulação, entraves e efetividade*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Turismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014, 144f.

Silva, J. A. S. (2006). Atividade turística em Salvador no período 1984-1993. *Turismo em Análise*, v. 17, n. especial, p.5-23, janeiro 2006. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v5i1p67-76>

Vieira, E. W.; Ferreira, A. J. A.; & Serra, D. J. S. (2016). Turismo e Território: Planejamento Turístico para o Desenvolvimento Sustentável do Polo Munim, Maranhão. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, v. 18, n2, p. 100-117. ISSN 2316-8056.

Xavier, T. R.; Totti, K. A. S.; & Raddatz, S. M. F. (2021). Aplicação do Programa de Regionalização do Turismo em uma Instância de Governança Regional no Estado do Rio Grande Do Sul, Brasil. *Turismo: Visão e Ação*, v. 23, n.1, pp.86-109. Epub Mar 22, 2021. ISSN 1983-7151. <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p86-109>.